

PROJETO DE LEI
(Do Sr. Fábio Mitidieri)

Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para especificar os direitos dos aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS que tornam a exercer atividades profissionais submetidas a este Regime.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, e nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, para conceder ao trabalhador o direito à escolha do valor sobre o qual incidirá a sua contribuição previdenciária, para fins de identificação da alíquota aplicável.

Art. 2º O art. 12, § 4º, da Lei nº 8.212, de 24 julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

.....

§ 4º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório e poderá verter as contribuições de que trata esta Lei tendo como base o valor do seu

salário-benefício ou o do seu salário-contribuição atual, à sua livre escolha e mediante comunicação expressa ao empregador, para fins de custeio da Seguridade Social. (NR)

.....”

Art. 3º O art. 11, § 3º, da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

.....

§ 3º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social—RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade e ficará sujeito à regra do art. 12, § 4º, da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social. (NR)

.....”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação previdenciária atual baseia-se, de forma justa, nos princípios da solidariedade e da universalidade. Por este motivo, mesmo após a aposentadoria, o cidadão que eventualmente continue a exercer qualquer atividade sujeita ao Regime Geral de Previdência Social fica obrigado a verter as contribuições previdenciárias, pelo disposto no art. 12, § 4º, da Lei nº. 8.212/91 e no art. 11, § 3º, da Lei nº. 8.213/91.

Mais recentemente, em razão dessa obrigatoriedade prevista na norma, surgiram inúmeras demandas judiciais que apresentavam a tese da

desaposentação. O argumento jurídico utilizado dava conta de que o aposentado, justamente por continuar contribuindo, deveria ter a possibilidade de utilizar estas novas contribuições para, caso quisesse, requerer uma revisão do valor do seu benefício de aposentadoria.

A matéria, então, após inúmeras controvérsias nos Tribunais Pátrios, veio a ser julgada, pelo Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral nos Recursos Extraordinários nº. 827833 e 661256. A decisão dada, contudo, apontou que a ausência de norma autorizadora especificamente da desaposentação, juntamente com a existência de norma restritiva no art. 18, § 2º, da Lei nº. 8.212/91, tornava efetivamente incabível a tese defendida pelos aposentados.

Com isso, permanece aberta a discussão quanto à situação jurídica dos aposentados que permanecem em atividade após a aposentadoria. Afinal, enquanto contribuintes obrigatórios, acabam a ter de contribuir com base nos seus salários de contribuição que, muitas das vezes, são maiores do que o próprio valor de aposentadoria recebido.

Ante o fato, então, de que o aposentado que continua em exercício pode usufruir de um número limitado de benefícios e serviços do Regime Geral de Previdência Social, bem como ante o fato da reconhecida inconstitucionalidade da desaposentação, torna-se relevante garantir ao aposentado ao menos a opção do valor de desconto da contribuição previdenciária. Nesse sentido, portanto, é que se busca garantir ao aposentado o direito de escolher se o a contribuição previdenciária se dará sobre o valor do seu salário-contribuição ou do seu benefício de aposentadoria.

Tal solução, aliás, é promovida justamente para que se amolde à previsão constitucional do art. 195, II, *in fine*, que prevê que sobre as aposentadorias não incidirão as contribuições previdenciárias. Note-se, assim, que o presente projeto mantém o salário-contribuição como aquele afetado pela contribuição previdenciária, garantindo ao trabalhador, porém, o direito de escolher qual valor será utilizado para efeitos de determinação da alíquota aplicável.

Com isso, sem se deixar de garantir a contribuição necessária ao sistema, promove-se um ajuste adequado do valor com que cada aposentado pode contribuir, a fim de diminuir o impacto de tal contribuição em seu orçamento e garantir ainda maior qualidade de vida ao aposentado.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado FÁBIO MITIDIERI

PSD/SE